

**Título: Avaliação do Programa Poupança Jovem - Qual o destino dado ao benefício?**

**Autores:** Ana Paula Melo Franco; Luiza de Marilac de Souza; Denise Helena Franco Marques

**Filiação dos autores:** Fundação João Pinheiro

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar o destino do benefício concedido pelo programa Poupança Jovem a alunos da Rede Estadual da cidade de Ribeirão das Neves. Será feita uma análise acerca da metodologia do Programa Poupança Jovem quando o programa foi lançado e como está agora. A metodologia aplicada no presente trabalho consistiu em entrevistas em profundidade com coordenadores do Programa e com alunos. O Programa tem como característica ser uma política inédita para incentivar o protagonismo juvenil, reduzir a evasão escolar e incentivar a entrada no mercado de trabalho, porém, necessita de ajustes para aumentar seu alcance e eficácia.

**PALAVRAS-CHAVE:** POLITICAS PUBLICAS, JUVENTUDE, PROGRAMA POUPANCA JOVEM, TRANSFERENCIA DE RENDA.

**Área temática:** Políticas Públicas

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

O Programa Poupança Jovem é um dos projetos estruturadores do Governo de Minas Gerais, coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese). O programa foi criado em 2007, com o objetivo de atender alunos do Ensino Médio matriculados em escolas estaduais de áreas pobres, as quais apresentam altos índices de evasão escolar e significativos índices de violência.

O Programa Poupança Jovem consiste, assim, na aposta de formação de ativos para o jovem migrar para a vida adulta, incluindo aí uma poupança financeira que soma a quantia de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ao ano, consolidando, ao final do Ensino Médio, R\$ 3.000,00 (três mil reais) que poderão ser utilizados pelos alunos nesse momento. Mas para poder acessar esse ativo financeiro, além de concluir o Ensino Médio, o aluno no decorrer dos três anos do curso, teria de participar de atividades complementares ofertadas pelo Programa (CAMPOS;GUIMARÃES, 2009).

O “piloto” do programa foi implantado no município de Ribeirão das Neves, no ano de 2007, em 25 escolas estaduais. Nessas escolas os alunos que eram beneficiários do programa receberam, no mês de março do ano de 2010, o montante final equivalente a R\$ 3.000,00 (três mil reais) após a conclusão total do segmento regular do Ensino Médio.

O Poupança Jovem faz parte dos projetos de ação interventora proposta como maneira de alcançar resultados positivos no tocante ao projeto maior “Protagonismo Juvenil”, este previsto no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) – 2007-2023 como também no modelo de gestão denominado Estado para Resultados – Segunda Geração do Choque de Gestão.

Em sua concepção, segundo Campos e Guimarães (2009), o Projeto Estruturador Poupança Jovem apresenta-se como uma política emancipatória para os jovens vulneráveis, tendo como objetivo possibilitar a geração de ativos (no caso, financeiros), ou seja, dar condições para que o jovem estudante de escola pública e de baixo poder aquisitivo ingresse na vida adulta.

Um aspecto importante que deve ainda ser ressaltado é o fato de o Programa não possuir instrumentos de acompanhamento da aplicação do dinheiro pelos alunos, uma vez que este acompanhamento não é premissa dessa política pública. Não há nenhum mecanismo que dê ao Governo de Minas Gerais um retorno sobre a destinação do recurso adquirido depois de cumpridos os requisitos para participação no programa. Também não há, ou ainda não foram implementadas, formas de avaliação sobre o cumprimento do objetivo central do Programa, a saber, oferecer condições para os jovens mudarem a sua realidade social após a conclusão do Ensino Médio – ponto central previsto pelos idealizadores do Programa.

Qual o destino dado ao benefício? A resposta a essa questão é fundamental para avaliar efetividade do programa. Segundo Soares *et al* (2006), a análise dos efeitos distributivo dos programas de transferência de renda contribui para a correção de suas deficiências e para o planejamento de sua expansão futura.

O objetivo do presente trabalho é identificar a destinação final de tal recurso recebido, investigando onde e como foi utilizado pelos alunos, procurando identificar a efetividade dessa política pública, considerada como de transferência direta de renda.

O presente trabalho busca, ainda, avaliar – mesmo que de maneira inicial - se o Programa Poupança Jovem resultou em impacto positivo sobre o destino e a evolução

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem a FAPEMIG pelo suporte financeiro para a apresentação desse trabalho.

educacional e profissional dos beneficiários. Nesse tocante, avaliou-se especificamente se o dinheiro recebido foi convertido, ou não, em transformações no curso sequencial da formação escolar e profissional dos beneficiários. Associando-se essas perspectivas de análise sobre o Programa Poupança Jovem, foi possível esboçar a percepção dos alunos beneficiados a respeito de sua participação no Programa e a relação dessa participação com a oferta de novas oportunidades para sua vida futura.

A pesquisa utilizada como subsídio para a elaboração desse trabalho foi realizada a partir de uma amostra, de tipo não aleatório, dos primeiros jovens beneficiários do Programa no município de Ribeirão das Neves, pertencente a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esses jovens concluíram o terceiro ano do Ensino Médio no final de 2009, quando puderam então resgatar o recurso financeiro destinado a eles, e depositado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, em março do ano seguinte, a saber, 2010.

## **2 O PROGRAMA POUPANÇA JOVEM**

Criado em 2007 e coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), o Programa Poupança Jovem é destinado a estudantes do ensino médio público estadual, que residem em municípios que têm regiões com alto índice de evasão escolar e vulnerabilidade social. Como ressaltado anteriormente, o programa tem como objetivo geral proporcionar aos jovens beneficiados a possibilidade de desenvolvimento pessoal e social, incentivando a permanência e a progressão escolar, a inserção no mercado de trabalho e a geração de renda.

O Programa Poupança Jovem faz parte da área de resultados “Protagonismo Juvenil” estabelecida no Plano Mineiro de Desenvolvimento Sustentável (PMDI), sendo um dos projetos definidos como estruturadores do Governo de Minas.

O Governo de Minas lançou o programa em 2007 para apoiar jovens do ensino médio na sua formação escolar. De acordo com material de divulgação da SEDESE (2012), “iniciativa inédita no país oferece ao aluno que conclui o ensino médio uma poupança de R\$ 3.000,00, que ele pode usar para continuar os estudos ou até mesmo iniciar um negócio próprio.” Como forma de incentivo, o jovem beneficiário tem a possibilidade de sacar R\$100,00 ao final do primeiro e do segundo ano do ensino médio.

A proposta central do Programa é estimular a capacidade dos jovens de planejar o futuro, suas aspirações pessoais, profissionais, planejamento financeiro, além de criar melhores condições de ingresso no mercado de trabalho. Para tal, além da poupança que o jovem teria ao fim do ensino médio, durante os três anos de curso o programa disponibilizaria aos beneficiários uma gama de cursos e oficinas visando propiciar conhecimentos e habilidades gerais e específicas para sua a inserção no mercado de trabalho (Correa, 2010).

O Programa Poupança Jovem que iniciou em 2007 no município de Ribeirão das Neves em 25 escolas. Em 2012 estava presente em 29 escolas de Ribeirão das Neves e expandiu para os municípios de Esmeraldas (6 escolas), em Governador Valadares (29 escolas), em Ibirité (13 escolas), em Juiz de Fora (33 escolas), em Montes Claros (39 escolas), em Pouso Alegre (9 escolas), em Sabará (10 escolas) e em Teófilo Otoni (17 escolas). Soma-se, assim, um total de 185 escolas estaduais incluídas e atendidas pelo Programa no estado de Minas Gerais até o ano de 2012.

Em termos de população atendida pelo programa, desde sua criação em 2007 até meados de 2012, em torno de 95 mil alunos já ingressaram no Programa Poupança Jovem

neste mesmo período, cerca de 18 mil estudantes já sacaram o benefício a que tinham direito após concluírem o Ensino Médio.

O Programa Poupança Jovem foi criado pelo Decreto nº 44476, de 06 de março de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 44548, de 22 de junho de 2007, tendo os seguintes objetivos: a) oferecer aos beneficiários a oportunidade de desenvolvimento humano e social; b) aumentar a taxa de conclusão do ensino médio; c) reduzir os índices de criminalidade entre os jovens.

Como contrapartida ao recebimento da bolsa financeira, o jovem deverá manter frequência regular em sala de aula e garantir bom desempenho escolar; participar de atividades de cidadania na sua comunidade; não ter passagem pela polícia e envolvimento com drogas e atividades e criminosas; realizar uma série de atividades oferecidas como cursos técnicos profissionalizantes e de língua estrangeira, inclusão digital, viagens culturais, de modo a possibilitar o desenvolvimento de seu capital humano e social.

Para permanecer no programa, como prevê o decreto, além de participar das atividades extracurriculares previstas – tais como oficinas, palestras, grupos de trabalho, dinâmicas de grupo, atividades culturais e esportivas – o jovem deve ser aprovado nas séries escolares e não se envolver em quaisquer tipos de crimes.

Seguindo essas premissas de participação, será excluído do Programa Poupança Jovem o beneficiário que se desligar da entidade de ensino selecionada pela SEDESE; for reprovado por infrequência em qualquer série do ensino médio; for infrequente nas atividades extracurriculares obrigatórias; se envolver em qualquer tipo de atividade criminosa.

De acordo com a apresentação inicial para lançamento do programa, feita em novembro de 2007, a concepção do programa toma como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que focaliza o jovem sob três perspectivas:

- a) a perspectiva da pessoa – “o pleno conhecimento do educando”;
- b) a perspectiva do cidadão – “seu preparo para o exercício da cidadania” e
- c) a perspectiva do futuro profissional – “sua qualificação para o mercado de trabalho”.

O principal desafio do Programa Poupança Jovem, quando foi criado, era ajudar na emancipação de jovens de áreas de alta vulnerabilidade, contribuindo para que eles se tornassem adultos em melhores condições de se inserirem no mercado de trabalho, estabelecendo e creditando um voto de confiança na capacidade do jovem ser autor do seu próprio futuro.

Com o compromisso de realizar uma política social efetivamente emancipatória, o Governo Aécio Neves lançou o Programa Poupança Jovem. Este projeto inovador, destinado aos jovens das áreas de maior vulnerabilidade social, tem como principal objetivo fornecer os ativos necessários para que os jovens possam se tornar adultos com condições de gerar por conta própria mais renda, quebrando, assim, este ciclo de perpetuação da pobreza. Estes ativos devem incluir não apenas recursos financeiros, mas também instrumentos de formação do capital humano e social destes jovens. (SEDESE, 2007).

Segundo Costa e Paixão (2007), a concepção inicial do programa deixa claro que a orientação para a criação dessa política pública é “a formação do jovem autônomo, do jovem dotado de critérios para avaliar e decidir o caminho a seguir em sua vida”.

A formação do jovem solidário também conta como uma premissa do programa. No que diz respeito ao desenvolvimento produtivo, o programa pretendia, à época em que foi lançado, formar o jovem capaz de se inserir no mundo do trabalho como um profissional competente e capaz de apresentar um bom desempenho no exercício de uma ocupação, serviço ou profissão.

Segundo o texto de apresentação do programa, a Política de Juventude deve ser erigida sobre quatro pilares:

1. Educação (Básica e Profissional);
2. Saúde (Educação para a Saúde e Atenção à Saúde);
3. Trabalho (Geração de Emprego e Renda);
4. Tempo Livre (Cultura, Esporte e Lazer). (SEDESE, 2007).

De acordo com Costa e Paixão (2007), para a criação dessa política pública para a juventude foram seguidas algumas orientações no processo de elaboração do programa que tinha, na época, o perfil de uma política redistributiva de recursos e oportunidade autopromotora de seus destinatários. Segundo os autores, tais orientações podem ser assim resumidas:

- um programa que vê o jovem como solução e não como problema;
- que os jovens sejam interlocutores para decidir e parceiros para agir, ou seja, jovens como protagonistas da política pública;
- um programa que tenha como meta destinar recursos e espaços para dar condições de formar um jovem autônomo, solidário e produtivo;
- um programa que tenha como eixo estratégico a convergência entre políticas públicas, a iniciativa privada e o terceiro setor; uma política de juventude que atue em diversos níveis da ação do Estado: políticas sociais básicas, assistência social, proteção especial e garantias de direitos;
- uma política que não seja voltada apenas para os jovens em estado de necessidade ou em situação de risco pessoal e social, mas que se dirija à juventude mineira como um todo, por meio de ações nos campos do esporte, da educação e da cultura.

As atividades extras eram um dos principais pilares de atuação do programa. Os chamados “Giro Jovem” e “Laboratório Jovem” previam atividades diversas, tais como: aulas de informática, idiomas, música, palestras, dinâmicas de grupo, orientação profissional, entre outras.

De acordo com Braga (2010), a implantação do programa buscou justificar-se na atuação do Estado como agente promotor da ruptura do ciclo intergeracional de pobreza. Uma família pobre tende a continuar pobre, pois são muitos os empecilhos para superar essa condição, alguns deles associados à baixa quantidade e qualidade da escolaridade obtida.

Ainda de acordo com o autor acima citado, o programa, que fornece capital financeiro, através de uma bolsa concedida aos beneficiários graduados no ensino médio, e capital humano, através do ensino secundário e profissionalizante, visa permitir aos jovens as condições para se emanciparem da trajetória intergeracional. Para Paiva (2007)

Um dos maiores desafios das políticas de inclusão social é quebrar o ciclo de perpetuação da pobreza – quanto mais pobre a família, mais difícil ela ter condições de superar a pobreza e, conseqüentemente, maior a chance de que seus descendentes sejam pobres também. Para romper com este ciclo é necessária uma política social que vá além do assistencialismo, promovendo um processo permanente de ampliação das capacidades das pessoas e das comunidades, que permita às futuras gerações produzirem renda suficiente para vencer a condição de pobreza sem a necessidade de intervenção do Estado. (PAIVA, 2007, p.1).

Nos dois primeiros anos (2007 e 2008) de existência e funcionamento do Programa Poupança Jovem, o Estado contratou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), por meio de convênios, para a gestão dos recursos do programa.

Segundo Correia (2010), em 2008, a responsável pela execução foi a OSCIP Instituto de Cooperação e Educação ao Desenvolvimento (INCED). A organização tinha equipes nos quatro municípios que, até então, eram contemplados pelo programa (Ribeirão das Neves, Governador Valadares, Ibirité e Esmeraldas).

No entanto, ao final do ano de 2008, o Governo do Estado modificou a maneira de gerir o Poupança Jovem, optando pela gestão realizada de maneira municipalizada. Ainda de acordo com Correia (2010), nos anos posteriores, seguindo recomendação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) que prevê descentralização da gestão da política social, a gestão dos recursos do programa passaram para as mãos dos municípios. O objetivo, com a descentralização, também foi fomentar o controle e a participação política das cidades beneficiadas. Segundo Correia (2010), assim teve início um novo processo de monitoramento do programa.

A ideia era tornar Estado e Município corresponsáveis neste processo, de modo a aproximar a gestão da política com a comunidade beneficiada, o que garantiria mais eficiência e legitimidade ao programa. Ressalta-se, ainda, que o fortalecimento das instâncias municipais faz com que o cidadão possua maior condição de exercer influência e controle sobre a implementação do programa. (CORREIA, 2010, p.8).

Como informa Correia (2010), “além disso, esperava-se aproximar o gerenciamento do programa com os cidadãos diretamente beneficiados por ele, de modo a fomentar o controle e a participação política”.

Segundo o atual gerente do programa, José Celso Graize Magalhães, hoje a gestão é feita por seis prefeituras. Sendo que, em Ribeirão das Neves os recursos são geridos pela Utramig, em Montes Claros pela Unimontes e em Pouso Alegre pela Fundação Itaú Social. Todos têm que prestar contas ao Governo de Minas para continuarem recebendo o dinheiro com regularidade.

Além das mudanças na gestão do programa - que anteriormente colocava a responsabilidade pela administração dos recursos para as Oscip's e passou para as mãos e de prefeituras, instituições públicas estaduais de ensino e Fundação Itaú Cultural –, a metodologia aplicada no Poupança Jovem também sofreu mudanças em 2012.

Segundo o gerente do programa, José Celso Magalhães, a ideia é reforçar o protagonismo juvenil e, para isso, o programa passou a se estruturar em quatro novos eixos:

- formação escolar,
- formação profissional,
- formação cidadã e
- formação cultural.

O “Giro Jovem” do formato anterior, quando implantado o programa, foi substituído pelas Atividades de Formação Complementar. Não são oferecidos, portanto, cursos, oficinas e palestras oferecidos pelo Governo de Minas. O próprio aluno deve se esforçar para providenciar a sua participação nessas atividades, sempre orientado por um educador.

A nova metodologia propõe que os estudantes participem de atividades que envolvam três temas transversais: territorialidade, participação social e mundo do trabalho. Segundo o coordenador do programa em entrevista, José Celso (2012):

As mudanças foram pensadas de forma a preparar os jovens para os principais desafios que se encontram na atualidade e que ainda vão ao encontro dos resultados previstos no PMDI. Nesse contexto, os eixos e os temas propostos materializam-se em atividades individuais e atividades coletivas.

Nesse novo formato, o programa não oferece mais as atividades extracurriculares. Em substituição a isso, os alunos têm um “Cardápio de Atividades de Formação Complementar” (ver no anexo). As atividades valem pontos e os alunos devem ter, ao final, 70 pontos para conseguirem o benefício.

Por exemplo, os alunos são orientados pelos educadores a participarem de grupos para arrecadação de alimentos para instituições de caridade, mutirões contra a dengue, campanhas do agasalho, entre outras atividades previstas nos eixos de formação escolar, formação profissional, formação cidadã e formação cultural. A participação nessas atividades é obrigatória.

Baseado no documento disponível no site [www.poupancajovem.mg.gov.br](http://www.poupancajovem.mg.gov.br), referente à publicidade do PJ, acerca da nova metodologia é possível notar que o programa foi reformulado em função de restrições orçamentárias. De acordo com o documento, diante dos novos desafios que se impuseram foi necessário:

[...]desenvolver adaptações na metodologia que estivessem de acordo com a realidade orçamentária disponível e articulada com outras ações já desenvolvidas para o público-alvo. Tudo isso, mantendo os avanços já alcançados. (disponível em [www.poupancajovem.mg.gov.br](http://www.poupancajovem.mg.gov.br)).

A nova metodologia reforça, ainda, a interface com outros programas do Governo de Minas ligados às secretarias de Educação, Defesa Social, Trabalho e Emprego, Ciência e Tecnologia, Subsecretaria da Juventude, entre outros.

## 4 PESQUISA E ANÁLISE

Nessa seção inicia-se a apresentação da pesquisa realizada para a visualização do objetivo central desse trabalho: visualizar a destinação dada aos recursos repassados pelo Programa Poupança Jovem aos jovens selecionados para dele participarem.

Em primeiro lugar, apresenta-se a metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa, bem como a fundamentação teórica que orientou a escolha da metodologia aplicada ao trabalho de pesquisa.

### 4.1 Metodologia adotada

Com o objetivo de investigar e entender o destino dado pelos alunos ao benefício recebido por meio do Programa Poupança Jovem foi, realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. Optou-se pela abordagem qualitativa por essa metodologia ser mais adequada ao objetivo final da pesquisa.

Para tanto, foram realizadas entrevistas em profundidade, por meio da aplicação de questionários (modelo de questionário em anexo).

A pesquisa qualitativa permite identificar de forma mais aprofundada, as aspirações, anseios, trajetória de vida para se alcançar o objetivo proposto, sem a pretensão de se fazer um levantamento estatístico.

Para Duarte (2005), a técnica qualitativa explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. Esse tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não representação estatística.

A escolha da metodologia qualitativa é apropriada quando se deseja descrever um evento ou um processo. No caso do presente estudo, por exemplo, pode-se ir além da apuração de como o aluno gastou o dinheiro permitindo que se saiba, por exemplo, se ele deu ou não continuidade aos estudos. A abordagem qualitativa permite, ainda, que tenhamos a noção de como esses estudantes encaram o programa e se recomendam ou não a participação nele.

Foram entrevistados, por amostragem, dez alunos beneficiários das primeiras turmas do programa em Ribeirão das Neves com intuito de identificar o que foi feito com o recurso recebido após o cumprimento dos requisitos exigidos para pagamento da bolsa. A seleção dos jovens entrevistados foi feita de forma aleatória, baseada em indicação a princípio da Sedese, seguida por indicação dos próprios alunos. Os questionários foram aplicados por telefone em função da impossibilidade do encontro devido à incompatibilidade de horários.

Segundo Duarte (2005), sobre entrevista:

Entrevista é uma das mais comuns e poderosas maneiras que utilizamos para tentar compreender nossa condição humana', dizem Fontana & Frey (1994, p.361). Ela tornou-se técnica clássica de obtenção de informações nas ciências sociais, com larga adoção em áreas como sociologia, comunicação, antropologia, administração, educação e psicologia (DUARTE, 2005, p.1).

Foram realizadas entrevistas fechadas, semiestruturadas, em profundidade, com os participantes das primeiras turmas beneficiadas pelo Poupança Jovem, no município de Ribeirão das Neves. As entrevistas foram realizadas de forma aleatória, por amostragem.

De acordo com Duarte (2005), a entrevista em profundidade não permite testar hipóteses, dá tratamento estatístico às informações ou define a amplitude e quantidade de um



fenômeno. Não se busca saber quantos e sim como o fenômeno estudado é percebido pelos entrevistados.

Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. Deste modo, como nos estudos qualitativos em geral, o objetivo muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas. (DUARTE, 2005, p. 1).

Apesar de o decreto de criação do Programa não ter como intuito direcionar ou fiscalizar a forma como seria gasto o dinheiro, é importante observar de que forma eles investiram esse dinheiro. A utilização da metodologia qualitativa permitiu se observar como os jovens encaram o recebimento do recurso, como enxergam o programa e se acham que gastaram o dinheiro da forma que gostariam quando receberam em 2010.

O modelo de entrevista fechado usado neste estudo foi realizado a partir de um questionário estruturado, com perguntas iguais para todos os entrevistados, sendo possível obter uniformidade em comparação entre as respostas.

O público alvo deste estudo é composto por jovens, com média de idade de 20 anos, de ambos os sexos que, no ano de 2007, integraram as primeiras turmas beneficiadas pelo Poupança Jovem. A escolha da primeira turma para identificar como o dinheiro recebido foi utilizado, se justifica por ser um marco do programa, por ter sido o público piloto.

Foram realizadas, também, entrevistas com os coordenadores e idealizadores do Programa em 2007 e de agora, a fim de obter informações relativas ao desempenho do programa, seus objetivos, especificidades e mudanças de formato e gestão desde quando foi criado.

Quando o Programa Poupança Jovem foi lançado em 2007, os principais objetivos eram: oferecer aos beneficiários a oportunidade de desenvolvimento humano e social, aumentar a taxa de conclusão do ensino médio e reduzir os índices de criminalidade entre os jovens. Associando esses objetivos ao fundamento de se criar uma poupança financeira, subsidiada pelo Governo do Estado, ao concluírem o ensino médio os alunos participantes receberiam uma bolsa de R\$3.000,00 (três mil reais).

No decreto de criação do programa não havia nenhum mecanismo de monitoramento do destino dado pelo aluno ao benefício recebido. No entanto o aluno era orientado a usar o recurso em seus estudos, dando, por exemplo, início a um curso pré-vestibular, pagando uma mensalidade da faculdade ou para ingressar no mercado de trabalho.

Segundo Emília Paiva, coordenadora do PJ na época de sua criação, a ideia era deixar o jovem livre para gastar o recurso como quisesse. Essa postura foi tomada pois a proposta era estimular a capacidade dos jovens em planejar o futuro e criar melhores condições de entrada no mercado de trabalho (SEDESE, 2007).

Mas será que a orientação dada aos beneficiários do programa, com relação à destinação do benefício foi observada pelos alunos, que concluíram o ensino médio e receberam a bolsa de R\$3.000,00? O programa influenciou na permanência e trajetória escolar dos beneficiários?

Foi procurando compreender e encontrar respostas para esses questionamentos que a pesquisa, realizada ao longo desse trabalho, procurou colher informações mais diretas sobre a destinação final do recurso do Programa Poupança Jovem. Assim, procurou-se estabelecer contato com alunos incluídos nesse programa, de maneira mais exata, aqueles que

participaram da primeira turma de beneficiários, do município de Ribeirão das Neves – município que também foi pioneiro no recebimento do Programa.

Com esses alunos foi realizada uma entrevista semiestruturada, para, a partir das respostas analisadas, compreender e esboçar um panorama da destinação final do recurso financeiro recebido.

#### **4.2 Ribeirão das Neves e público entrevistado**

Sobre a localidade escolhida para a realização da pesquisa, o município de Ribeirão das Neves, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi escolhido para ser o piloto do programa em 2007. Neste município foram atendidas 25 escolas estaduais na época de implantação do Programa PJ, hoje são 29 escolas estaduais beneficiadas na cidade. O presente trabalho entrevistou os alunos dessas primeiras turmas beneficiadas, sendo importante fazer uma breve caracterização socioeconômica da cidade.

A escolha de Ribeirão das Neves foi baseada nos critérios de seleção das cidades adotados pelo Programa PJ: baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), altas taxas de evasão escolar e altos índices de criminalidade. O IDH da cidade é de 0,749 (2000) inferior a 8 que é o número considerado baixo.

Segundo informações do Censo Demográfico 2010 do IBGE, a cidade tem hoje 296.317 habitantes numa área total de 154.500 km<sup>2</sup>. O produto interno bruto *per capita* (PIB) é de R\$ 4.903. Na cidade, 11.175 alunos se matricularam no ensino médio em 2009. De acordo com dados preliminares do Censo Escolar 2012 (INEP 2012), Ribeirão das Neves tem hoje 12.416 alunos matriculados no ensino médio da rede estadual de ensino.

Quanto aos índices de criminalidade violenta registrados em 2011, Ribeirão das Neves figura como uma das cidades mais violentas do Estado, segundo dados da Secretaria de Estado de Defesa Social.

O número de ocorrências de crimes violentos na cidade foi de 833 em 2011. São considerados crimes violentos: homicídio tentado e consumado, roubo, sequestro, extorsão mediante sequestro e estupro. No ano passado, a cidade de Ribeirão das Neves registrou 144 homicídios. Entre os 29 municípios mineiros com mais de 100 mil habitantes, Ribeirão das Neves ocupa a quarta posição em número de homicídios ficando atrás apenas de Belo Horizonte (762), Contagem (213) e Betim (198).

Na época da criação do Programa foi elaborado um questionário pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2007) e aplicado junto aos alunos de Ribeirão das Neves para se traçar um perfil do público alvo do Programa. Segundo Silva (2007), em seu trabalho sobre o tema, foi realizado um diagnóstico antes da adesão dos alunos ao Programa por meio do preenchimento de um questionário anônimo pelos próprios alunos da primeira série.

Conforme Silva (2007) foram preenchidos no total 3426 questionários em todas as 25 escolas atendidas.

O questionário aplicado englobava desde dados pessoais e familiares, trajetória e vida escolar, vitimização e violência, até dados sobre trabalho e profissionalização, lazer, cultura e acesso a serviços e expectativas do aluno com relação ao Programa. (SILVA, 2007).

De acordo com o estudo citado acima, com relação ao sexo, 48,11% dos entrevistados informaram serem do sexo masculino e 51,89% do sexo feminino. De acordo

com os dados do diagnóstico apresentado por Silva (2007), 64,81% dos alunos tinham mais de 15 anos de idade, sendo apenas 9,18% com mais de 18 anos. Na análise dos locais de moradia, apenas 6,26% dos que responderam não moravam em Ribeirão das Neves, o que quer dizer que a maioria mora no município (83,02%). Quanto ao número de alunos que tinham filhos, apenas 1,30% dos alunos entre 14 e 16 anos tinham filhos e 3,95% com idades entre 17 e 18 anos tinham filhos, número que sobe para 37,79% dos alunos com mais de 18 anos com filhos.

A pesquisa apontada por Silva (2007) mostra ainda que, entre os alunos que responderam se são provedores de suas famílias, 56,57% afirmaram que o pai ou o padrasto 'é o responsável pela família e 31,36% afirmaram ser a madrasta. A renda familiar de 74,01% dos entrevistados varia de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos, sendo que 30,69% do total são beneficiados pelo Programa Bolsa Família. Quando perguntados sobre o que poderia melhorar na escola, eles responderam que poderia melhorar a infraestrutura (32,87%) e a oferta de atividades extracurriculares (32,37%), o que é mostrado no presente trabalho, o valor que os alunos davam as atividades fora do horário normal das aulas e o quanto o programa, em sua fase inicial, contribuiu para satisfazer essa demanda. A pesquisa relatada pela autora supracitada apresenta um perfil escolar dos alunos atendidos pelo Programa.

Tem-se que 40,84% dos alunos que responderam a questão afirmaram que já repetiram o ano escolar. Além disso, 16,82% afirmaram que já ficaram algum tempo sem estudar. Desses, o principal motivo que os levaram a ficar sem estudar foi o trabalho remunerado (25,85%), seguido de gravidez (10,70%), doença própria (8,02%) e doença ou morte de familiar (7,13%). É interessante observar que o maior percentual se concentra na categoria "outros motivos", totalizando 29,77% dos que responderam que ficaram algum tempo sem estudar. (SILVA, 2007, p.57).

Sobre a inserção no mercado de trabalho, 24,58% dos alunos que responderam a questão afirmaram que trabalham.

A pesquisa apresentada por Silva (2007) em seu trabalho demonstrou a sensação de insegurança nas comunidades, como mostrado acima, Ribeirão das Neves e o quarto município em número de homicídios no Estado (entre as cidades com mais de 100 mil habitantes). Dos alunos entrevistados na época, 50,53% demonstraram a sensação de insegurança em suas comunidades. Além disso, 13,81% afirmaram já terem sofrido algum tipo de violência perto de casa e outros 31,52% afirmaram que ele ou alguém da família foram vítimas de alguma atividade criminosa. Perguntados se nos últimos dois anos tiveram algum amigo assassinado 42,27% responderam que já passaram por esse tipo de situação. Quanto ao acesso às drogas, 52,16% dos entrevistados afirmaram que não sabiam ou não informaram e outros 32,92% disseram que é fácil conseguir drogas em sua comunidade e outros 10,39% disseram não ser fácil.

O diagnóstico acima permite a compreensão do universo dos alunos atendidos pelo Programa Poupança Jovem e o motivo pelo qual Ribeirão das Neves foi a cidade escolhida como piloto. Como afirma Silva (2007), os dados relativos a situação familiar bem como os dados sobre a escolaridade revelam a necessidade de políticas voltadas para esse público.

Especificamente sobre os entrevistados no presente trabalho a seguir esboça-se a caracterização geral desse público pesquisado.

O universo de alunos beneficiários pesquisado foi composto por 10 alunos, sendo que quatro são do sexo masculino e seis do sexo feminino. Todos declararam-se solteiros e sem filhos.

A continuidade dos estudos, um dos objetivos centrais do programa, foi declarada por sete dos dez jovens entrevistados, sendo que todos esses estão cursando o ensino superior.

A inserção no mercado de trabalho é uma realidade para 70% dos beneficiários entrevistados, sendo que desses, quatro recebem até um salário mínimo, dois de um a três salários mínimos e um tem renda superior a três salários mínimos.

Observou-se que dos sete alunos que estão trabalhando, apenas um não ingressou no ensino superior.

### **4.3 O Programa Poupança Jovem**

Entre os dez alunos selecionados e entrevistados, todos afirmaram que conheceram o programa na própria escola e pelos mesmos meios de divulgação. Em 2007, época do lançamento do programa, relataram esses alunos que houve uma divulgação maciça entre as escolas estaduais de Ribeirão das Neves, com a distribuição de cartazes e divulgação nas salas de aula.

Segundo o aluno Felipe, não tinha como não ficar sabendo do programa, ele foi amplamente divulgado na escola.

As atividades extracurriculares, o chamado Giro Jovem, tinham o objetivo de oferecer aos alunos, nas horas que não estavam na sala de aula, atividades que estimulassem a criatividade, o interesse pelos esportes e despertassem a vocação dos alunos para o mercado de trabalho. Todas essas atividades eram pautadas por três eixos básicos: desenvolvimento pessoal, social e produtivo.

Assim, dentro dessa perspectiva de atendimento e inclusão dos jovens, eram oferecidas aulas de violão, música, dança, circo, canto, percussão, vôlei, futebol, além de atividades em grupo e palestras que traziam discussões sobre temas diversos, incluindo juventude, sexualidade, mercado de trabalho, entre outros. A participação nessas atividades era condição obrigatória para o jovem se manter no programa. De acordo com o texto de divulgação do programa (Sedese, 2007):

Como contrapartida o jovem deverá manter frequência regular em sala de aula e garantir bom desempenho escolar; participar de atividades de cidadania na sua comunidade; não ter passagem pela polícia e envolvimento com drogas e atividades e criminosas; realizar uma série de atividades oferecidas como cursos técnicos profissionalizantes e de língua estrangeira, inclusão digital, viagens culturais, de modo a possibilitar o desenvolvimento de seu capital humano e social. (SEDESE, 2007).

De acordo com Paiva (2007), para realmente contribuir para complementar a formação desses jovens, seria preciso considerar esse grupo em toda sua complexidade. A estratégia do Poupança Jovem foi contribuir para a formação dos jovens nas três dimensões descritas acima, tanto por meio do incentivo à conclusão do ensino médio quanto do incentivo à participação em atividades complementares à escola, normalmente indisponíveis para jovens de áreas vulneráveis. Para Paiva (2007):

O acesso a essas atividades, que incluem desde aulas de informática até idas ao cinema e outros espetáculos, tem como objetivo ajudar a romper a exclusão destes jovens, formando adultos mais preparados para ingressarem com sucesso no mercado de trabalho e cidadãos mais preparados para participar da construção da sociedade que queremos. (PAIVA, 2007, p.1).

Todos os dez alunos entrevistados citaram as atividades extracurriculares como uma das ações mais importantes e interessantes do Poupança Jovem. Todos entrevistados destacaram as atividades das quais participaram como positivas.

[...] as atividades extras foram muito boas, participei de cursos de informática, de passeios, oficina de vôlei. Gostei muito das palestras sobre empreendedorismo (Felipe)

[...] a melhor parte do programa foram os cursos. Eu fiz informática, violão e participei das palestras. O PJ deu a chance para os jovens fazerem outros cursos. (Italo).

Na avaliação de uma das estudantes, que hoje cursa Educação Física, no Instituto Metodista Izabela Hendrix, o que mais gostou no programa foi das atividades extras.

[...] para mim o programa valeu mais pelos cursos que fizemos fora da sala de aula. Tive a chance de fazer aulas de violão, informática e estética. Todos muito bons, gostei demais de ter feito (Samara).

Outra estudante, Brenda, lamenta o fato de que a maioria das atividades que interessava a ela surgiram no último ano. Ela participou das oficinas de antropologia, informática e de excursões organizadas pelo programa.

[...] a maior parte das opções do Giro Jovem surgiram no terceiro ano quando já estávamos formando. Uma pena queria ter feito outras, era muito bom (Brenda)

Quanto à necessidade de cumprir a permanência na escola e o programa ser incentivo para conclusão do ensino médio, premissas do programa, também foram questionadas aos alunos. A maioria, 80%, afirmaram que o programa não influenciou a permanência na escola, eles já tinham como objetivo terminar o ensino médio, independentemente, do programa. Apenas 30% dos alunos afirmaram que o PJ contribuiu para a conclusão do ensino médio. Quanto à melhoria das notas em virtude da participação no programa, 70% garantiram que as notas e o aproveitamento escolar permaneceu como era.

Paiva (2007) é taxativa em afirmar que a bolsa de R\$ 3 mil tem o intuito de incentivar a permanência do estudante na escola.

Os jovens participantes do programa receberão uma poupança de R\$1 mil pela conclusão de cada um dos três anos escolares, que poderá ser sacada ao final do programa. Estes recursos pretendem incentivar o jovem a concluir o

ensino médio, melhorando suas chances de inserção no mercado de trabalho. (PAIVA, 2007, p.2).

De acordo com Braga (2010), o Poupança Jovem tem como eixos a educação geral, a educação para o trabalho e a cultura. O programa é coerente com a Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação que entende o jovem sob três perspectivas: da pessoa, do cidadão e do futuro profissional.

As políticas públicas, sob este ponto de vista, devem orientar seus beneficiários para a formação pessoal, a preparação para o exercício da cidadania plena e para a qualificação profissional.

Deseja-se diminuir a participação no mercado de trabalho dos jovens entre 15 e 17 anos. Em consonância com esse raciocínio, o programa prevê que os alunos permaneçam na escola e concluam o ensino médio.

[...] nesta fase da vida é fundamental postergar a entrada no mercado de trabalho para viabilizar, sobretudo, a permanência na escola e a conclusão do ensino médio com qualidade. Este período corresponde ao que vem sendo chamado de moratória social: um crédito de tempo que permite ao jovem protelar as exigências sociais típicas da vida adulta, especialmente relativas ao casamento e ao trabalho, e lhe possibilita um maior contato com experiências e experimentações que podem favorecer o seu pleno desenvolvimento, não apenas em termos de formação educacional e aquisição de treinamento e capacitação, mas também em termos de outras vivências típicas que fazem parte da sociabilidade juvenil. (IPEA, 2009).

Segundo a PNAD/2005 – referência na época que o PJ foi implementado -, a taxa de frequência à escola na faixa de 15 a 17 anos era de 81,7% de uma população estimada em 10,6 milhões de jovens. No entanto, somente pouco mais da metade desses estudantes estão frequentando o ensino médio.

A última PNAD/2011 divulgada em setembro de 2012 mostra que a taxa de frequência à escola em 2011 é 83,7%, de 2009 para 2011. Hoje, são 8,8 milhões de brasileiros desta faixa etária na escola, enquanto 1,7 milhão não estão estudando.

Sampaio (2009) mostra que a imensa maioria dos jovens de 15 a 17 anos fora da escola são provenientes de famílias com renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo, sendo portanto, na sua imensa maioria jovens de baixa renda. No Nordeste, de acordo com dados do PNAD 2005, o percentual de jovens oriundos de famílias com renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo chega a expressivos 86%. Segundo o autor, as condições materiais de sobrevivência desses jovens são, portanto, bastante precárias, o que se constitui um sério obstáculo à acumulação de capital educacional. Afirma Sampaio (2007):

Pode-se afirmar, assim, que qualquer política pública destinada aos jovens brasileiros nessa faixa etária deverá considerar seu baixo poder aquisitivo, mesmos nas regiões economicamente mais desenvolvidas. Eles, quando frequentam escola, o fazem predominantemente na rede pública. Daí a importância crucial da melhoria da escola pública para que esses jovens recebam uma educação de qualidade, sem qual o seu prospecto de futuro é, no mínimo, incerto. (SAMPAIO, 2009, p.12).

À época o Governo de Minas demonstrou preocupação com o índice de evasão escolar e criou o programa Poupança Jovem que, entre outros objetivos, tinha o de manter o jovem na escola, em especial em áreas pobres onde o índice de abandono da escola é maior.

As entrevistas realizadas não refletem a permanência dos jovens em função de receberem a bolsa auxílio no final do ensino médio, como se pode observar:

[...] a participação no programa não contribuiu para que eu concluísse o ensino médio. Em compensação, acho que minhas notas melhoraram durante a participação no programa. (Ítalo)

A jovem Aline afirma que a participação no Poupança Jovem não interferiu em seu aproveitamento escolar, nem fez diferença para que ele continuasse na escola. “Eu iria me formar de todo jeito”. Mesma situação de Ângela: “O Poupança Jovem em relação à escola não teve influência, passei de ano não pelo programa e sim pelas minhas notas que sempre foram boas”. As notas de Samara também permaneceram como eram: “Não fez diferença estar no programa com relação às notas. Eu ia me formar de qualquer jeito”.

#### **4.4 Destino do benefício do Programa Poupança Jovem**

De uma forma geral, foi possível observar que 70% dos alunos utilizaram o recurso, ou pelo menos parte dele, para dar continuidade à vida acadêmica de uma forma direta ou indireta, seja no pagamento de passagens para ir ao cursinho, comprando um computador ou para pagar as primeiras mensalidades da faculdade. Em nenhum caso pesquisado, o dinheiro foi totalmente destinado aos estudos ou para contribuir com a entrada no mercado de trabalho. A maior parte usou o dinheiro para fins acadêmicos e profissionais, porém, parte do dinheiro foi usada para fins diversos.

A jovem Samara é um exemplo de uso do dinheiro para investimento na vida acadêmica. Na época, ela passou no vestibular assim que concluiu o ensino médio e usou o benefício para o pagamento das primeiras mensalidades da faculdade, comprou material escolar e gastou o que sobrou com ela mesma.

[...] Quando recebi paguei algumas mensalidades da faculdade, já que fui aprovada logo que saí do ensino médio. Gastei o pouco que sobrou comprando roupa e sapato, mas não gastei da forma que gostaria. Eu queria ter tirado carteira de motorista, assim como muitos dos meus colegas fizeram. (Samara).

Quanto à destinação dos R\$ 3 mil recebidos após a conclusão do ensino médio, universitária Aline conta que foi aprovada no vestibular para o curso de Ciências do Estado na UFMG logo quando se formou no ensino médio e que gastou o dinheiro com ela mesma:

[...] Não gastei com estudos, porque saí do ensino médio e fui aprovada no vestibular. Gastei com roupa, sapato e baladas. Gastei todo o dinheiro com o que eu quis. (Aline).

Hoje ela faz estágio na universidade na iniciação científica e também dá aulas de reforço escolar, recebendo um salário mínimo de bolsa.

Outros 30% dos entrevistados utilizaram o dinheiro para outras coisas que nada tinham a ver com “planejar o futuro” e gastaram o dinheiro com viagem, roupas, sapatos, para ajudar a família ou tirar a carteira de motorista.

É o caso do jovem Edimar que concluiu o ensino médio não faz curso superior e relata que gastou o dinheiro da forma que achava conveniente à época. Quanto ao investimento do recurso:

[...] Usei para viajar. Fiz uma viagem para o interior de Minas, para a cidade de Dolores do Indaiá, onde estava sendo realizada uma exposição agropecuária. Gastei o dinheiro todo e não sobrou nada. Na época achei que tinha gastado da forma correta, mas hoje tentaria duplicar o valor recebido. Na época fiz o que queria, hoje faria diferente. (Edimar).

A partir dos depoimentos é possível perceber que 60% não gastaram o recurso da forma que hoje julgariam ser a melhor forma. Eles afirmam que, se recebessem o dinheiro hoje, empregariam em outras coisas.

O depoimento de Felipe ilustra essa situação. Com o dinheiro do benefício, ele comprou roupas, sapatos e começou a pagar o cursinho preparatório para o vestibular. Com o restante, deu início às aulas de direção de automóveis. Se recebesse o recurso hoje, Felipe afirma que investiria mais em seus estudos e não comprando outras coisas.

[...] Eu senti falta de uma maior cobrança de como gastaríamos o dinheiro. Gastei com muita coisa boba, penso que hoje ia gastar mais com os estudos e não com tanta bobagem. (Felipe).

Ângela também afirma se sentir assim. Ela está cursando hoje a faculdade, não está trabalhando e gastou o dinheiro para pagar algumas mensalidades do cursinho, comprar um celular e para outras coisas pequenas.

[...] Na época achei que estava gastando com a coisa certa, mas hoje vejo que não. Com o dinheiro hoje eu pagaria três mensalidades da faculdade, mas eu era muito nova, não sabia bem como gastar. (Ângela).

Neste estudo pesquisou-se também qual a avaliação que os alunos entrevistados fazem do programa e se eles o recomendariam para outros alunos.

Observou-se que 80% dos entrevistados recomendam a participação no PJ, desses, metade recomendam o programa com algum tipo de ressalva. Dois entrevistados não consideram o programa eficiente e não recomendam.

Em alguns depoimentos é possível notar uma certa insatisfação com o a forma de cobrança do programa, ou seja, alguns alunos sentiram falta de terem sido mais cobrados e consideram que ganharam o dinheiro de uma maneira muito fácil.

Quando questionados se recomendariam a participação no programa e se consideravam o PJ eficaz, algumas respostas giravam em torno da falta de direcionamento ao entregar o recurso aos jovens. Entretanto, a maior parte dos alunos recomendam a participação no PJ.

Na opinião de Brenda:

[...] Se meu pai não estivesse desempregado, usaria o dinheiro para pagar mais uma mensalidade do cursinho e não com outra coisa. Hoje não sei



como está o programa, mas na época, não achava eficaz como política pública. Acho que deveriam ter sido oferecidos mais cursos e deveria haver mais cobrança.(Brenda).

Brenda completa que muitos colegas não investiram o recurso em nada voltado para a vida profissional e, sim, gastaram o dinheiro com bobagens.

Na opinião de Angela:

[...] o programa deixa muito a desejar no que diz respeito à uma cobrança mais rígida do aproveitamento dos alunos. Deveria ter sido mais rígida a cobrança. Foi muito fácil ganhar o dinheiro, não concordo. Deveria ter cobrado mais dos alunos, inclusive de mim. Apesar disso, recomendo sim a participação no programa, com ressalvas e mudança na forma de cobrar. Deveria ter uma forma de ver como iria aplicar o dinheiro. Gastei com muita coisa boba. (Ângela).

A jovem Aline não acredita no Poupança Jovem como uma política pública eficaz. A avaliação da estudante sobre o programa é negativa: “minha avaliação sobre o PJ é péssima. É um repasse que não tem forma de controle, não tem como avaliar como gastar o dinheiro. Acho que teria que usar para melhorar os estudos. O governo deveria gastar melhorando o ensino, os professores e não dando dinheiro para os alunos”. Ela não recomenda, portanto, a participação no programa porque, segundo a aluna, a diretriz do programa não é bem estruturada. “Conheço poucos colegas que investiram o dinheiro em seus estudos”.

As duas alunas que não consideram o Programa eficaz, Brenda e Aline, tem como ponto em comum que estudam "Ciências do Estado" na UFMG. A ineficácia para ambas esta na forma de cobrança, para elas, o dinheiro vem "de graça" na mão do estudante, sem muito esforço.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das teorias trabalhadas neste estudo nos mostra o avanço das políticas públicas voltadas especificamente para os jovens no Brasil e em Minas Gerais. Esse público que no século XX vivia a margem do desenvolvimento da sociedade, sendo vistos apenas como força de trabalho ou como problema social, começa a ganhar espaço no final da década de 90 e início do século XXI. Esses jovens saíram dos pequenos guetos e grupos da mesma faixa etária e passaram a ser vistos pelo poder público como objeto de medidas necessárias para inserção no mercado de trabalho, geração de trabalho e renda, protagonismo, ou seja, o jovem capaz de planejar seu futuro, mais educação, inclusão social e cultural, entre outras medidas.

Todas essas políticas foram e estão sendo importantes para os jovens, entretanto, existem muitos desafios pela frente. O aumento da escolaridade se configura como um dos principais desafios para se por fim ao ciclo intergeracional de pobreza. A falta de escolaridade, por sua vez, gera o não acesso ao emprego de qualidade, a desinformação, a falta de oportunidades de melhoria de condições de vida e, como apontam estudos diversos, o aumento da criminalidade.

E necessário aumentar a inserção do número de alunos no ensino médio, resolver os problemas de atraso escolar no ensino fundamental, distorção idade e série, altos índices de reprovação, baixa qualidade e falta de incentivo para permanência do aluno na escola, entre outros fatores. Estudos mostram que o aumento da escolaridade de uma sociedade vem acompanhado de seu desenvolvimento, da melhoria da qualidade dos trabalhadores, da queda dos índices de criminalidade, do acesso as novas tecnologias e, conseqüentemente, a um leque maior de oportunidades.

O Programa Poupança Jovem foi concebido com o objetivo principal de aumentar a escolaridade de jovens originários de áreas consideradas vulnerabilizadas, buscando atender jovens em áreas de baixa escolaridade, baixa qualificação profissional e acesso restrito a atividades culturais, esportivas, de lazer e profissionalizantes. Para incentivar a permanência desse jovem na escola e, conseqüentemente reduzir os índices de evasão escolar e, ainda, possibilitar a inserção desse jovem no mercado de trabalho, criou-se o benefício da bolsa de R\$ 3.000,00 concedida ao final do ensino médio. O foco do Programa estava em aumentar a taxa de conclusão do ensino médio, aumento do ingresso no ensino superior, oferecer ao jovem atendido atividades extracurriculares – oficinas de teatro, aulas de dança e música, dinâmicas de grupo, orientação vocacional, aulas de inglês, informática, etc. – incentivar o protagonismo juvenil, a responsabilidade social em sua comunidade, reduzir o índice de criminalidade entre os jovens, entre outros.

Observa-se que o Programa conseguiu identificar as demandas e os principais problemas das localidades em que pretendia atuar. A questão é saber se conseguiu atingir pelo menos os principais objetivos preconizados desde a sua concepção em 2007. Por ser um programa originalmente do Governo do Estado, o Poupança Jovem atende somente matriculados na Rede Estadual, o que não quer dizer que são de fato os jovens que se encontram em maior vulnerabilidade social e econômica. Dados revelam que grande parte dos jovens considerados pobres não estão matriculados no ensino médio. Dessa forma, seria necessária a atuação conjunta do Poupança Jovem com outros programas que atendam outros jovens que não estejam matriculados em nenhuma escola.

A metodologia do Programa é considerada inédita o que quer dizer que nenhum programa conhecido oferece um benefício como bônus porque o aluno cumpriu os

requisitos estabelecidos, tais como, ser aprovado nos três anos do ensino médio, participar das atividades extracurriculares, não se envolver em nenhum tipo de crime e ser frequente. Oferecendo o benefício, o Programa parte do pressuposto que o aluno que estuda em escolas estaduais de áreas vulnerabilizadas irá permanecer na escola para ganhar o dinheiro ao final do curso. Essa é uma das limitações do Programa verificadas neste estudo que mostrou que, entre os alunos entrevistados, a maioria afirmou que o Programa Poupança Jovem não teve qualquer interferência em sua permanência na escola por três anos. A maioria afirma que o dinheiro ao final não teve qualquer relação com ele ficar na escola e ser aprovado. Esses estudantes disseram que já iriam se formar de qualquer maneira, estando ou não o Poupança Jovem presente na escola.

O Programa tem como pressuposto o incentivo financeiro aliado a oferta de atividades complementares que motivarão o aluno a permanecer na escola e concluir o ensino médio. Entretanto, as variáveis que motivam o aluno a ficar na escola são diversos. Estudos sobre evasão mostram que um dos principais motivos para que os jovens saiam da escola e a entrada precoce no mercado de trabalho ou gravidez precoce, além de baixa qualidade do ensino, falta de interesse pelo conteúdo apresentado, falta de apoio da família para que os filhos continuem os estudos, entre outros fatores.

Conforme descrito acima na seção “Análise das Entrevistas” 80%, afirmaram que o Programa não influenciou a permanência na escola, eles já tinham como objetivo terminar o ensino médio, independentemente, do programa. Apenas 30% dos alunos afirmaram que o PJ contribuiu de alguma forma para a conclusão do ensino médio. Quanto à melhoria das notas em virtude da participação no programa, 70% garantiram que as notas e o aproveitamento escolar permaneceu como era. Esses dados mostram, e importante frisar que nesta amostragem, esses jovens já tinham como objetivo concluir o ensino médio. No planejamento do Poupança Jovem faltam ser trabalhados outros fatores para evitar a evasão escolar e não somente o incentivo financeiro. Para o poder público se coloca o desafio de tornar as escolas mais atraentes, de capacitar melhor os professores e de uma maior aproximação entre escola e comunidade, visto que o Programa por se só não garante a permanência do aluno na escola. A maioria dos entrevistados disse que iriam concluir o ensino médio, mas o universo de alunos atendidos é bem maior. A preocupação com o mercado de trabalho também deve existir nas escolas para mostrar para os alunos a importância da escola para uma melhor colocação no mercado de trabalho.

Uma potencialidade do Programa foi destacada por todos os entrevistados que são as atividades complementares oferecidas. Foi possível verificar neste estudo o grande interesse e satisfação de todos os entrevistados em participarem dessas atividades em horários alternativos aos da sala de aula. Foi possível notar que essas ações contribuíram de alguma forma para o crescimento pessoal e acadêmico dos beneficiados. Todos os dez entrevistados apontaram as atividades extraclasse como positivas e sugeriram que continuassem. Todas essas ações extras com os alunos foram planejadas e acompanhadas de perto, na época, pelos gestores do Programa que acompanharam a frequência e satisfação dos alunos. A qualificação e orientação para o mercado de trabalho foram observadas pelos criadores do Programa. Foram trabalhados elementos como autoestima e protagonismo juvenil propiciando o acesso a informação, cultura, esportes e lazer.

Pode-se observar que com a mudança da metodologia do Programa a partir de 2012 em função de ajustes orçamentários e de outros fatores não mencionados pelos gestores atuais do Poupança Jovem, essas atividades não são mais oferecidas pelo Governo de Minas. Os próprios alunos, professores e gerentes regionais dos programas buscam atividades na comunidade e dentro do ambiente escolar como alternativas aos horários das aulas. Eles tem o

chamado “Cardápio de Atividades” (ver anexo) e um numero de pontos a ser cumprido para estarem aptos a receberem o beneficio. Isso quer dizer que houve um corte significativo nas atividades, inclusive, que orientavam os alunos a escolherem a futura carreira profissional e cortes nos cursos de capacitação, como idiomas e informática. A potencialidade inicial de quando o Programa foi criado em 2007 ate 2011 passou a se tornar uma limitação com as mudanças de metodologia.

À época em que foi lançado a gestão do Programa como ja mencionado era feita por uma organização do terceiro setor e hoje esta por conta de prefeituras e no caso da cidade de Pouso Alegre, da iniciativa privada. O Governo Estadual e responsável pela fiscalização da aplicabilidade dos recursos investidos. A gestão descentralizada se mostra adequada, partindo-se do pressuposto que as prefeituras, instituições estaduais e iniciativa privada tem de prestar contas ao Governo de Minas, caso contrario, o recurso não e liberado. Cada prefeitura e instituições conhecem de perto a realidade das escolas, dos alunos e de que forma o Programa pode ser mais eficaz.

Quanto ao destino do beneficio recebido, objeto principal deste estudo, a maior parte dos entrevistados utilizou o dinheiro para fins academicos, mas também para fins diversos. Os entrevistados afirmam que gostariam de ter gasto o dinheiro de outra forma e que se fosse nos dias de hoje, fariam diferente.

Já foi discutido acima que em nenhum momento e preconizado pelo Programa fiscalizar a forma de aplicação do recurso, sendo o aluno protagonista do dinheiro que recebeu como bonus por cumprir os requisitos. No ato da entrevista, muitos jovens criticaram a forma de cobrança para aplicabilidade do dinheiro, eles gostariam de ser melhor orientados sobre a forma de gasta-lo. Seria valido, portanto, que durante o ensino médio os professores e monitores orientem os alunos sobre a melhor forma de investir o recurso, seja num cursinho preparatório para o vestibular, seja para pagamento de mensalidades de uma faculdade ou para financiar um curso profissionalizante. Um aluno, por exemplo, gastou todo o dinheiro da bolsa em uma viagem de lazer no final de semana. Outro gastou ajudando os pais, outros tirando carteira de motorista, comprando roupa, entre outras coisas diversas a melhorar as condições de ingresso no mercado de trabalho.

O principal desafio do Programa Poupança Jovem e ajudar na emancipação de jovens de alta vulnerabilidade social, contribuindo para que eles se tornem adultos em melhores condições de serem melhor remunerados na carreira profissional. Apresenta-se, portanto, a necessidade de o Programa oferecer mais cursos, palestras e dinâmicas de grupo voltadas para a orientação vocacionale para melhor prepara-los para o mercado de trabalho. Trabalhando o lado profissional com os alunos, o Governo de Minas poderia aumentar o valor da bolsa e passar a não so orientar, como encontrar um mecanismo para fiscalizar como o recurso e aplicado.

Caso sejam mantidas as premissas de protagonismo e autonomia do jovem em relacao ao próprio futuro, faz-se necessário que ao longo dos três anos seja realizado um trabalho de sensibilização desses alunos para que façam o melhor investimento possível do dinheiro auferido.

A parceria com instituições que ensinam como abrir e gerir o próprio negocio também e valida no âmbito do Programa Poupança Jovem. Oficinas acerca do tema seriam validas para que o jovem invista o recurso em algo que possa gerar algum tipo de retorno financeiro para ele e para sua familia. As Parcerias Publico Privadas (PPPs) se mostram eficazes em diversas áreas governamentais e com o Programa não seria diferente. Os participantes poderiam fazer visitas e estágios em empresas que poderiam colaborar com a formação deles e, em contrapartida, obter algum tipo de incentivo fiscal, por exemplo.

A interlocução com outros programas de Governo também é de fundamental importância para o maior alcance e efetividade do Programa Poupança Jovem. As parcerias com as secretarias de Trabalho, Emprego e Renda, Defesa Social, Educação e Cultura devem ser mais efetivas e constantes. Os programas já existem, basta inserir o Programa Poupança Jovem nessas políticas, a um custo baixo. A parceria com o Valores de Minas, programa do Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas), já se mostrou eficaz em anos anteriores. O Programa tem em sua premissa a interlocução com outras secretarias de Estado, porém, é necessário que sejam em número maior e de forma mais efetiva.

Por fim, é importante ressaltar que para o Programa Poupança Jovem se fortalecer como uma política pública para jovens eficaz e bem estruturada, há alguns desafios para serem enfrentados. Partindo do pressuposto que investir no jovem é investir no desenvolvimento produtivo de uma sociedade, o Programa deve receber mais investimentos e ser revisto em alguns aspectos, como os já falados, retomada da oferta de atividades complementares, do maior foco no mercado de trabalho, na melhor preparação desses jovens, na melhoria da qualidade do ensino e na interface com outras secretarias e com a iniciativa privada. Investir no jovem é investir também na redução da violência e criminalidade, é investir em trabalho e em desenvolvimento.

O Programa Poupança Jovem, assim como a maior parte dos projetos, foi remodelado e redesenhado de acordo com as novas exigências que se impuseram ao longo do caminho. Mas é necessário, portanto, retomar as rédeas dessa política pública e encará-la como um elemento fundamental para a melhoria das condições de vida desses jovens que, em sua maioria, não têm oportunidades iguais a outros jovens de outros segmentos da sociedade.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ABRAMO, H. W.** Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação, no 5/6, p. 25-36, maio-dez. 1997. (Número especial sobre Juventude e Contemporaneidade).

\_\_\_\_\_. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.) Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania-Fundação Perseu Abramo, 2005.

**ABRAMO, Helena Wendel & BRANCO, Pedro Martoni (orgs.).** Retratos da Juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

**ÁLACE SANTANA, J.** A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. Seminário População, Pobreza e Desigualdade. Belo Horizonte: 2007.

**BRAGA, F.M. S. A.** Padrões para avaliações de programas educacionais: um estudo de caso para a avaliação do Programa Poupança Jovem. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: 2010. 59fls. Monografia.

**BRANCO, P.** Estado da questão no Brasil. In: *Juventude e integração sul-americana: caracterizações de situações-tipo e organizações juvenis*. Relatório Nacional do Brasil. Rio de Janeiro: Ibase, Pólis, nov. 2007.

**CAMPOS, E. S. A; GUIMARÃES, T. B.** Políticas para a Juventude em Minas Gerais: a aposta estratégica nos jovens mineiros. II Congresso Consad de Gestão Pública – painel 54 – 2009.

**CASTRO, J. A.; ANDRADE, C. C. e AQUINO, L. M. C.** Juventude e Políticas Sociais no Brasil. IPEA: 2009

**COHN, A.** Programas de Transferência de Renda e a Questão Social no Brasil. VII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: 2004.

**CORREIA, A. A. R.** Monitoramento de Políticas Públicas Interfederativas: o caso do Programa Poupança Jovem. III Congresso Consad de Gestão Pública, 2010.

**COSTA, A. C. G. (org), PAIXÃO, C. B.(pesq).** Uma Política de Juventude para o Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2007.

**DUARTE, J.** Entrevista em profundidade. In DUARTE, J.; BARROS, A. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

**FREZZA, M.; MARASCHIN, C. E SANTOS, N. S.** Juventude com Problema de Políticas Públicas. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 3, Dec. 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-)

71822009000300004 &lng=en&nrm=iso>. Acessoem29 Nov. 2012.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000300004>.

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA.** Comunicado da Presidência nº 36 – PNAD 2008: Primeiras Análises - Juventude e Desigualdade racial.2009b.

**MADEIRA, F. R.** Educação e Desigualdade no tempo de juventude. Fundação Seade, São Paulo: 2006.

**MINAS GERAIS.** Secretaria de Planejamento e Gestão. Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2007-2023. Belo Horizonte, 2007a.

**NEVES, A.** Programa de Governo 2007/2010: pacto por Minas: estratégias para o desenvolvimento social. Belo Horizonte, 2006.

**NOVAES, R. C. R.** Juventude e Políticas Sociais no Brasil. IPEA: 2009

**PAIVA, E.** Poupança Jovem incentiva a formação e inserção social. Revista Gestão Minas, nº 1. Belo Horizonte: 2007.

**RUA, M.G.** Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. Brasília: 2007.

**SAMPAIO, C. E. M.** Situação Educacional dos Jovens Brasileiros na Faixa Etária de 15 a 17 anos. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: 2009.

**SARAVIA, E.** Introdução à Teoria da Política Pública. Enap, Brasília: 2006.

**SILVA, E. R. A e ANDRADE, C. A.** A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. IPEA: 2009

**SILVA, G. C. L.** Políticas Públicas Voltadas para a Inclusão Econômica e Social de Jovens em Situação de Vulnerabilidade: análise do programa Poupança Jovem em Minas Gerais. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: 2007.

**SOARES, F.V; SOARES, S.; MEDEIROS, M. e OSÓRIO, R.** Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. Centro Internacional de Pobreza IPEA/PNUD: Brasília, 2006.